TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2011

Acrescenta arts. 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 13-A e 48-A:

“Art. 13-A. Tem direito a funcionamento parlamentar na Câmara dos Deputados o partido que, em cada eleição para essa Casa Legislativa, eleja e mantenha filiados, no mínimo, 3 (três) representantes, de diferentes Estados.

Parágrafo único. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados disporá sobre o funcionamento parlamentar da representação partidária conferida ao partido que possua representação eleita ou filiada inferior ao disposto no *caput*.”

“Art. 48-A. O acesso gratuito ao rádio e à televisão se dará da seguinte forma:

I – ao partido que preencher as condições do *caput* do art. 13-A é assegurada a realização anual de um programa, em cadeia nacional, com a duração de 10 (dez) minutos;

II – ao partido que eleger, para a Câmara dos Deputados, representante em, no mínimo, 5 (cinco) Estados e obtiver um total de 1% (um por cento) dos votos apurados no País, não computados os brancos e os nulos, e que tenha eleito representante na eleição anterior, é assegurada:

a) a realização de um programa, em cadeia nacional, com duração de 10 (dez) minutos por semestre;

b) a utilização, em rede nacional, de 20 (vinte) minutos por semestre em inserções de 30 (trinta) segundos ou 1 (um) minuto;

c) a utilização de 20 (vinte) minutos por semestre em inserções de 30 (trinta) segundos ou 1 (um) minuto, nas emissoras dos Estados;

III – ao partido que não atenda ao disposto nos incisos I e II é assegurada a realização de um programa em cadeia nacional em cada semestre, com a duração de 5 (cinco) minutos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.